

Hub
Pagamentos S.A.

**Demonstrações contábeis
em 30 de junho de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	6
Balanço patrimonial	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações contábeis	14



Destaques do 1º Semestre

- Novas Contas de Pagamento cresceu 14% em comparação ao 1º semestre de 2020
- Expansão das ofertas no Marketplace da Hub Fintech de produtos e serviços
- Obtenção da Certificação do PCI DSS 3.2 na Plataforma de Emissão de Cartões
- Lançamento da Solução de Gestão Financeira para Empresas
- Entrega evolutiva da estruturação do negócio para atuação como Processadora

Mensagem da Diretoria

Em relação ao seu desempenho no último semestre, a Organização deu continuidade ao crescimento dos segmentos de atuação atendidos em seu portfólio de produtos com foco na expansão estratégica dos Produtos White Label App e White Label Internet Banking, Marketplace e Adquirência. O volume de cash-in movimentado por todos os produtos e serviços da Hub Fintech tiveram um acumulado de R\$ 2,2 bilhões.

O produto White Label App e White Label Internet Banking foi contratado por 4 novos Clientes neste semestre, com operações já iniciadas em 3 deles. Este resultado mostra a evolução da consolidação estratégica de diversificação indicada no último relatório divulgado para a ampliação da venda de produtos e serviços em novos segmentos e em conjunto com médios e pequenos negócios.

Dando continuidade ao ritmo de crescimento da base de portadores de Contas de Pagamentos tivemos um aumento de 14% de novas contas em comparação ao primeiro semestre de 2020 vislumbrando um aumento da base ativa no segundo semestre de 2021. A maior atividade da base se dará pelo aumento de benefícios que fidelizam nossa base portadora através do produto Market Clube no qual foram incluídos com êxito novos Parceiros para a oferta de:

- Seguro de aparelho celular com planos de cobertura para furto e roubo qualificado;
- Serviço de consultas médicas por videoconferência;
- Seguro para acidentes pessoais;
- Serviço de auxílio funeral;
- Serviço de rede de descontos em medicamentos;
- Plano odontológico;
- Clube de descontos em todo o site da Magazine Luiza;
- Desconto para cursos de qualificação em Marketing Digital, E-commerce e Redes Sociais.

Para aumentar o seu grau de resiliência aos incidentes que podem ameaçar a estabilidade de seus clientes e do ecossistema em que está inserida, a Hub Fintech vem adotando uma série de medidas preventivas de forma a consolidar as boas práticas do mercado em matéria de gestão de incidentes cibernéticos. Entre elas, está a obtenção da certificação Payment Cards Industry Data Security Standard (PCI DSS 3.2).

O PCI DSS 3.2 trata de requisitos para certificar a segurança de transações pela internet. Essas regras são guiadas por seis grandes objetivos declarados pelo Conselho de PCI Security: 1) Construir e manter uma rede segura através da qual conduz as transações; 2) Proteger as informações dos titulares dos cartões; 3) Manter o sistema protegido de hackers; 4) Implementar fortes medidas de controle de acesso; 5) Monitorar e testar as redes frequentemente e 6) Manter uma política de segurança formal.

A certificação PCI é um item que acrescenta capital de segurança às empresas, junto às demais medidas possíveis de proteção de dados. Por isso, o PCI DSS 3.2 se destina a todas as entidades envolvidas no processamento de pagamentos.

Evoluir todas as frentes de negócio

O segundo semestre de 2021 aguarda uma série de evoluções no ecossistema de Serviços Financeiros da Magalu através do ganho de escala com as soluções já estabelecidas e desenvolvidas pela Hub Fintech, reestruturação e sinergia dos times para a consolidação estratégica de negócios já em andamento pelo Magalu. Além da expansão de novas soluções a serem implementadas, tais como, o pedido para a obtenção de licença de Sociedade de Crédito Direto (“SCD”) perante o Banco Central do Brasil, em função da necessidade da oferta de produtos de crédito em função da estratégia comercial e financeira da nova acionista da Companhia.

Em paralelo, a Hub Fintech pretende continuar a expansão e aprimoramento de seu portfólio de produtos não apenas para atender a Magazine Luiza como seus atuais e novos clientes B2B2C com foco nas seguintes frentes de desenvolvimento de produtos:

- 1) Soluções de Gestão Financeira para Empresas:** evolução do produto através da disponibilização de Plataforma White Label Internet Banking com funções de Tesouraria acompanhadas de serviços de gestão de aprovação e alçadas que permitem que as empresas ampliem o controle de operações de serviços financeiros. Solução que apoiará a expansão para venda de Produtos de Folha de Pagamentos.
- 2) Solução de Tarifador Automático:** evolução da cobrança do portfólio de produtos da Hub Fintech através da automatização do processo de cobranças, atendimento e backoffice. Esta solução dará suporte a evolução da Hub Fintech em sua atuação como processadora.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores, parceiros, fornecedores e acionistas por toda a colaboração e desempenho neste período.

Conclusão da aquisição da Hub Fintech pela Magazine Luiza

Em 2 de julho de 2021 foi assinado o termo de fechamento da aquisição da Hub Prepaid Participações S.A. e suas controladas pela Magalu Pagamentos, subsidiária integral da Magazine Luiza S.A.

Com a Hub Fintech, a Magazine Luiza S.A. incorpora uma instituição de pagamento regulada pelo Banco Central e integrada ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ao Sistema de Pagamento Instantâneo (SPI), além de contar com uma das maiores plataformas de *Banking as a Service* (BaaS) do país para o segmento B2B2C e líder no processamento de cartões pré-pagos.

Barueri, 23 de agosto de 2021

ALEXANDRE
FIGUEIREDO
OTTONI DE
BRITO:06929728705

Assinado de forma
digital por ALEXANDRE
FIGUEIREDO OTTONI DE
BRITO:06929728705
Dados: 2021.08.26
09:53:52 -03'00'

Hub Pagamentos S.A.
Alexandre Figueiredo Ottoni de Brito
CEO



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.

Aos
Conselheiros e aos Acionistas do
Hub Pagamentos S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Hub Pagamentos S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hub Pagamentos S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis.
- Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de Agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo

Contador CRC 1SP252419/O-0

HUB PAGAMENTOS S.A.
C.N.P.J. 13.884.775/0001-19

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro 2020

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	30/06/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Disponibilidades	5	46.134	8.046	Depósitos	13	128.983	115.624
Instrumentos financeiros	6	165.336	170.516	Contas a pagar	14	226.514	322.832
Contas a receber	7	58.966	164.098	Impostos e contribuições a recolher		973	1.399
Estoques	8	5.217	4.490	Obrigações sociais e trabalhistas	15	5.093	4.088
Impostos a compensar ou a recuperar		4.442	4.317	Outras obrigações	16	21.363	23.803
Despesas antecipadas		4.987	5.170	Provisões judiciais	17	2.674	2.165
Outros créditos	9	3.288	37.995	Total do passivo		385.600	469.911
Ativo fiscal diferido	10	26.460	26.546	Patrimônio líquido			
Imobilizado de uso	11	40.846	40.130	Capital social	18	109.697	90.767
Intangível	12	48.153	45.738	Aumento de capital em aprovação	18	33.800	8.930
Depreciação e amortização		(22.601)	(20.649)	Capital social a Integralizar	18	(33.800)	-
				Prejuízos acumulados		(114.069)	(83.211)
				Total do patrimônio líquido		(4.372)	16.486
Total do ativo		<u>381.228</u>	<u>486.397</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>381.228</u>	<u>486.397</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

HUB PAGAMENTOS S.A.
C.N.P.J. 13.884.775/0001-19

Demonstrações do resultado
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Receita operacional líquida	19	42.844	61.804
Despesas operacionais			
Pessoal	20	(18.818)	(10.728)
Gerais e administrativas	21	(38.150)	(50.845)
Comerciais	22	(6.115)	(8.802)
Outras receitas/despesas operacionais	23	(11.991)	(881)
Resultado operacional		(32.230)	(9.452)
Resultado financeiro	24	1.458	5.421
Resultado antes dos impostos e contribuições		(30.772)	(4.031)
Imposto de renda e contribuição social	10	(86)	1.085
Resultado do período		(30.858)	(2.946)
Quantidade de ações		61.222.015	50.657.134
Resultado líquido por ação		(0,50)	(0,06)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

HUB PAGAMENTOS S.A.
C.N.P.J. 13.884.775/0001-19

Demonstrações do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Resultado do exercício	(30.858)	(2.946)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	(30.858)	(2.946)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

HUB PAGAMENTOS S.A.
C.N.P.J. 13.884.775/0001-19

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento de capital social em aprovação	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2020	90.767	-	-	(72.327)	18.440
Capital social em aprovação pelo BACEN	-	8.930	-	-	8.930
Resultado do 2º semestre	-	-	-	(10.884)	(10.884)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	90.767	8.930	-	(83.211)	16.486
Capital social aprovado	18.930	(8.930)	-	-	10.000
Capital social em aprovação pelo BACEN	-	33.800	(33.800)	-	-
Resultado do 1º semestre	-	-	-	(30.858)	(30.858)
Saldos em 30 de junho de 2021	109.697	33.800	(33.800)	(114.069)	(4.372)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

HUB PAGAMENTOS S.A.
CNPJ: 13.884.775/0001-19

Demonstrações dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do período	(30.858)	(2.946)
Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	4.337	2.828
Imposto de renda e contribuição social	86	(1.085)
Constituição/reversão de provisões judiciais	509	258
Baixa de ativo intangível	5.001	-
Varição nos ativos e passivos operacionais		
Aplicações financeiras	5.180	47.892
Contas a receber	105.132	(54.801)
Estoques	(727)	(509)
Impostos a compensar ou a recuperar	(125)	170
Despesas antecipadas	183	2.075
Outros créditos	34.707	(25.960)
Depósitos	13.359	(10.415)
Contas a pagar	(96.318)	60.395
Impostos e contribuições a recolher	(426)	(636)
Obrigações sociais e trabalhistas	1.005	2.162
Outras obrigações	(2.440)	9.720
Caixa gerado pelas atividades operacionais	38.605	29.148
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(716)	(408)
Aquisição de intangível	(9.801)	(8.986)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(10.517)	(9.394)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Integralização de capital social	10.000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	10.000	-
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	38.088	19.754
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	8.046	9.306
No fim do período	46.134	29.060
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	38.088	19.754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Hub Pagamentos S.A. (“Companhia” ou “Hub”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Alameda Arapoema, 529, Tamboré - Barueri, São Paulo. A Companhia é controlada pela Holding Hub Prepaid Participações S.A. e foi constituída em junho de 2011, dando início às suas operações em setembro de 2012 e tem por objeto a emissão, administração, processamento de cartões de pagamento pré-pagos e contas digitais, provendo soluções rápidas, seguras e personalizadas, com tecnologia própria e verticalizada.

Em 2 de julho de 2020, conforme publicação no Diário Oficial, o Banco Central do Brasil (BACEN) autorizou a Hub Pagamentos a funcionar como Instituição de Pagamento, nas modalidades emissor de moeda eletrônica e credenciador. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às Instituições de Pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações contábeis, de acordo com critérios determinados pelo BACEN.

O plano de negócios da Hub prevê que o crescimento no volume transacionado pelos clientes já existentes no portfólio e a entrada de novos clientes e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros futuros. Desta maneira, as demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

2. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN e Conselho Monetário Nacional (“CMN”), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, emitido pelo BACEN.

Para fins de divulgação dessas demonstrações contábeis a Companhia está atendendo aos requerimentos da Resolução BCB nº 2, de 12 de agosto de 2020.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no princípio da continuidade, utilizando a convenção do custo histórico, com exceção de certos ativos e passivos financeiros que foram mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações contábeis e correspondem às utilizadas pela Administração na condução dos negócios da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 26 de agosto de 2021.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações contábeis estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado.

Uso de estimativa

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração da Companhia utilizou estimativas e premissas no cálculo de valores que possuem subjetividade no julgamento. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. As diferenças de valores provenientes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no resultado em que as estimativas são revisadas.

3. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente durante os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de bancos e reservas livres e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

b. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moeda estrangeira resultantes da conversão são reconhecidas no resultado.

c. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001 está classificada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Títulos que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida a outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

d. Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos ou passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar o valor justo são observáveis ou não observáveis. A mensuração do valor justo de um ativo ou passivo financeiro é atribuída a um nível com base no nível mais baixo de qualquer dado que seja significativo para a mensuração do valor justo em sua totalidade. Os três níveis da hierarquia do valor justo são descritos abaixo:

- **Nível 1** - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos, seja indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.
- **Nível 3** - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo.

e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A Administração revisa anualmente, ou quando houver evidência, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor contábil. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída uma perda por *impairment*, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Nos períodos findos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houve perda por *impairment*.

f. Despesas antecipadas

As despesas pagas antecipadamente estão relacionadas a serviços ou produtos pagos antecipadamente nos quais os direitos e benefícios ou serviços ocorrerão nos períodos futuros e, portanto, o valor é diferido ao longo do tempo na demonstração do resultado. As despesas antecipadas também compreendem despesas diferidas referentes à emissão de cartões, as quais são diferidas utilizando o método linear com base na expectativa da vida útil dos cartões.

g. Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o custo de itens do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear com base na vida útil econômica dos itens, que é revisada anualmente e ajustada prospectivamente, se apropriado.

h. Intangível

Os ativos intangíveis, incluindo software e outros ativos, são reconhecidos se advirem de direitos contratuais ou outros direitos legais ou se puderem ser separados ou divididos pela Companhia e vendidos, transferidos, licenciados, alugados ou trocados. O valor desses ativos intangíveis é amortizado linearmente durante sua vida útil econômica.

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

i. Benefícios a empregados

As obrigações de benefícios a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente é prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado.

j. Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento ocorrido gera uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Tais provisões decorrem de processos judiciais e são avaliados com base nas melhores estimativas da Administração, levando-se em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes são classificados de acordo com a sua probabilidade de perda como:

- Provável: são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica de provisões;
- Possível: são divulgadas nas demonstrações contábeis, quando relevantes, não tendo a necessidade de registro de provisão; e
- Remoto: as quais não requerem provisão e nem divulgação.

k. Tributação

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS)	1,65%
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	7,60%
Imposto sobre Serviços (ISS)	2,00%

As receitas de serviços são apresentadas na demonstração do resultado do exercício pelo valor líquido dos respectivos impostos e contribuições (receita operacional líquida).

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda do exercício, corrente e diferido, é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável. A contribuição social sobre o lucro é calculada com base na alíquota de 9%. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os utilizados para fins de tributação. As mudanças dos ativos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas no resultado, tanto o imposto de renda quanto a contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros serão gerados, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são baixados por utilização ou na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

I. Resultado por ação (básico e diluído)

O cálculo do lucro por ação foi baseado no resultado líquido atribuído aos detentores das ações ordinárias, conforme CPC 41 – Resultado por Ação. Os resultados por ação, básico e diluído, são iguais, pois no período não houve instrumentos diluidores, tais como opções, contratos a serem liquidados em ações e outras ações diluidoras. O resultado por ação foi calculado dividindo-se o prejuízo (o numerador) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (o denominador).

4. Reclassificação

Para melhor comparabilidade, algumas contas da demonstração de resultado de 31 de dezembro de 2020 tiveram seus saldos reclassificados, conforme demonstrativo abaixo:

DRE	Saldo anterior	Reclassificação	Saldo reclassificado
Custo dos serviços prestados	(77.864)	77.864	-
Despesas gerais e administrativas	(25.024)	(77.864)	(102.888)

5. Disponibilidades

Referem-se a Caixa e Equivalentes de Caixa utilizados na gestão de caixa dos compromissos de curto prazo.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Bancos	14.717	7.719
Outras Reservas livres	3.417	327
Depósito de moeda eletrônica ⁽¹⁾	28.000	-
Total	<u>46.134</u>	<u>8.046</u>

⁽¹⁾ Valores recolhidos ao Bacen com base nos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas.

6. Instrumentos financeiros

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Carteira própria	5.830	5.750
Vinculados a saldos em conta pré-paga	110.671	119.014
Vinculados a prestação de garantias	48.835	45.752
Total	<u>165.336</u>	<u>170.516</u>

Os títulos e valores mobiliários estão classificados na categoria para negociação, conforme a seguir:

	<u>30/06/2021</u>			<u>31/12/2020</u>	
	<u>Custo amortizado</u>	<u>Valor de mercado</u>	<u>Abaixo de 365</u>	<u>Acima de 365</u>	<u>Valor de mercado</u>
Carteira própria					
Títulos privados	5.816	5.830	1.536	4.294	5.750
Certificados de depósito bancário	5.816	5.830	1.536	4.294	5.750
Vinculados a saldos em conta pré-paga					
Títulos públicos	110.694	110.671	110.671	-	119.014
Letras financeiras do tesouro	110.694	110.671	110.671	-	119.014
Vinculados a prestação de garantias					
Títulos públicos	48.955	48.835	19.576	29.259	45.752
Letras financeiras do tesouro	48.955	48.835	19.576	29.259	45.752
Total	<u>165.465</u>	<u>165.336</u>	<u>131.783</u>	<u>33.553</u>	<u>170.516</u>

7. Contas a receber

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Terceiros	48.053	16.317
Partes relacionadas (nota explicativa 25)	10.913	147.781
Total	<u>58.966</u>	<u>164.098</u>
Circulante	58.966	164.098

Os saldos de terceiros referem-se aos serviços prestados, bem como cargas nas contas de pagamento.

8. Estoques

Os saldos dos estoques com prazo médio de utilização inferior a 12 meses, no montante de R\$ 5.217 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 4.490), referem-se aos insumos disponíveis para a produção dos cartões pré-pagos.

9. Outros créditos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Adiantamentos para saques – Rede 24 horas	-	24.234
Depósito para aumento do capital social - BACEN	-	8.930
Incentivos contratuais	-	1.700
Garantias	450	450
Adiantamentos a fornecedores	1.204	871
Depósitos judiciais	398	407
Outros	1.236	1.403
Total	<u>3.288</u>	<u>37.995</u>
Circulante	2.890	37.588
Não circulante	398	407

10. Imposto de renda e contribuição social

a. Demonstrativo do cálculo dos valores de imposto de renda e contribuição social

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(30.772)	(4.030)
Adições/exclusões permanentes e temporárias	12.784	1.724
Base de cálculo	<u>(17.988)</u>	<u>(2.306)</u>
Saldo imposto de renda e contribuição social corrente	<u>-</u>	<u>-</u>

b. Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisões	1.264	1.290
Outras provisões	961	1.189
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	75.599	75.599
Base de cálculo	<u>77.824</u>	<u>78.078</u>
Alíquota de IR/CS	34%	34%
Saldo imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>26.460</u>	<u>26.546</u>

A Companhia registrou o ativo fiscal diferido em relação aos prejuízos fiscais/base negativa e diferenças temporárias dedutíveis com base nas projeções de lucros tributáveis futuros. O ativo fiscal diferido será realizado na medida em que os prejuízos fiscais/base negativa forem compensados e as diferenças temporárias forem realizadas.

Em 30 de junho de 2021 a Companhia possuía o montante de R\$ 13.530 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 4.931) de crédito tributário não ativado, conforme Resolução nº 3.059, de 20/12/2002 do CMN – Conselho Monetário Nacional.

O valor presente dos créditos tributários contabilizados em 30 de junho de 2021 é de R\$ 17.193 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 20.247).

c. Movimentação do crédito tributário

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo inicial	26.546	27.434
Constituição/reversão sobre prejuízo fiscal/base negativa	-	(257)
Constituição/reversão sobre diferenças temporárias	(86)	(631)
Saldo final	26.460	26.546

d. Realização futura do crédito tributário

Exercício	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Total</u>
2021	556	200	756
2022	409	147	556
2023	1.435	517	1.952
2024	1.793	645	2.438
2025	2.017	726	2.743
De 2026 a 2030	13.246	4.769	18.015
Total	19.456	7.004	26.460

11. Imobilizado de uso

a) Composição

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor líquido 30/06/2021	Valor líquido 31/12/2020
Bens do imobilizado					
Terrenos	-	16.600	-	16.600	16.600
Edificações	1,60%	5.936	(423)	5.513	5.471
Benfeitorias em bens de terceiros	(i)	4.411	(4.398)	13	22
Máquinas e equipamentos	10%	6.253	(4.992)	1.261	1.577
Equipamentos de informática	20%	5.786	(3.854)	1.932	1.541
Móveis e utensílios	10%	1.579	(1.065)	514	591
Instalações	10%	281	(233)	48	62
Total		40.846	(14.965)	25.881	25.864

(i) As benfeitorias em bens de terceiros, são depreciadas de acordo com o prazo de vigência do contrato de locação.

b) Movimentação

	Saldo Inicial em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldo final em 30/06/2021
Bens do imobilizado				
Terrenos	16.600	-	-	16.600
Edificações	5.471	75	(33)	5.513
Benfeitorias em bens de terceiros	22	-	(9)	13
Máquinas e equipamentos	1.577	-	(316)	1.261
Equipamentos de informática	1.541	638	(247)	1.932
Móveis e utensílios	591	3	(80)	514
Instalações	62	-	(14)	48
Total	25.864	716	(699)	25.881

12. Intangível

a) Composição

O Intangível é composto principalmente por softwares adquiridos e plataformas desenvolvidas internamente, amortizáveis no prazo de até 5 anos.

	Custo	Amortização	Valor líquido 30/06/2021	Valor líquido 31/12/2020
Softwares	47.161	(6.949)	40.212	39.050
Outros	992	(687)	305	305
Total	48.153	(7.636)	40.517	39.355

b) Movimentação

	Saldo Inicial em 31/12/2020	Adições/ baixas	Amortização	Saldo final em 30/06/2021
Softwares	39.050	4.800	(3.638)	40.212
Outros	305	-	-	305
Total	39.355	4.800	(3.638)	40.517

13. Depósitos

O montante de R\$ 128.983 em 30 de junho de 2021 (31 de dezembro de 2020 - R\$ 115.624) corresponde a depósitos efetuados pelos clientes na conta de pagamento pré-paga HUB. Estes valores são mantidos em Conta Corrente Correspondente a Moeda Eletrônica (CCME) e títulos públicos federais registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), em conformidade com a Circular BACEN nº 3.681, de 4 de novembro de 2013. Todos os depósitos são considerados de curto prazo, ou seja, no passivo circulante.

14. Contas a pagar

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Valores a liquidar – arranjos de pagamento ⁽¹⁾	205.387	229.744
Fornecedores	7.460	15.862
Repasses contratuais de clientes	13.257	-
Partes relacionadas (nota explicativa 25)	-	77.107
Outros	410	119
Total	<u>226.514</u>	<u>322.832</u>
Circulante	226.514	322.832

⁽¹⁾ Valores transacionados pelos clientes nos estabelecimentos comerciais credenciados, a serem liquidados junto aos adquirentes correspondentes.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão de férias/13 ^º e encargos sociais	3.571	2.653
Salários a pagar	899	792
Encargos sociais a recolher	623	643
Total	<u>5.093</u>	<u>4.088</u>
Circulante	5.093	4.088

16. Outras obrigações

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Transitória de pagamentos a efetuar ⁽¹⁾	8.210	9.243
Receita diferida ⁽²⁾	7.200	7.200
Bônus de retenção e encargos	4.150	-
Adiantamentos de clientes	56	6.177
Outros	1.747	1.183
Total	<u>21.363</u>	<u>23.803</u>
Circulante	21.363	23.803

⁽¹⁾ O saldo refere-se às transações dos clientes que foram autorizadas pelo emissor HUB e ainda não processadas pelas Bandeiras de cartões, o que ocorre normalmente em até 90 dias; e

⁽²⁾ Valor contratual referente ao crédito recebido para implantação de projetos futuros.

17. Provisões judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões cíveis e trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para processos trabalhistas e cíveis classificados como perda provável, conforme abaixo.

a. Saldos

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cíveis	696	214
Trabalhistas	1.978	1.951
Total	2.674	2.165
Não Circulante	2.674	2.165

Em 30 de junho de 2021 a Companhia possuía ações trabalhistas (R\$ 716) e ações cíveis (R\$ 260) classificadas com risco de perda possível por seus assessores jurídicos.

b. Movimentação

	<u>31/12/2020</u>	<u>Adições/ Reversões</u>	<u>Atualizações</u>	<u>30/06/2021</u>
Cíveis	214	465	17	696
Trabalhistas	1.951	(47)	74	1.978
Total	2.165	418	91	2.674

c. Depósitos judiciais

Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros Créditos. O total de depósitos judiciais é de R\$ 398 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 407), sendo R\$ 300 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 309) relacionados a causas trabalhistas e R\$ 98 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 98) relacionados a causas cíveis, conforme nota explicativa 9.

18. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia em 30 de junho de 2021 é de R\$ 109.697 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 90.767) representado por 61.222.015 (31 de dezembro de 2020 – 50.657.134) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2020 foi deliberado aumento de capital, em espécie, no montante de R\$ 8.930, o qual foi aprovado pelo BACEN em 1º de fevereiro de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de fevereiro de 2010 foi deliberado aumento de capital, em espécie, no montante de R\$ 10.000, o qual foi aprovado pelo BACEN em 29 de abril de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de junho de 2021 foi deliberado aumento de capital, em espécie, no montante de R\$ 33.800, o qual foi submetido à aprovação do BACEN.

19. Receita operacional

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receita Operacional Bruta		
Intercâmbio	24.723	37.147
Tarifas de Serviços	23.686	32.870
Total	48.409	70.017
Deduções sobre Serviços	(5.565)	(8.213)
Total	42.844	61.804

20. Despesas de pessoal

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Proventos	(13.583)	(7.213)
Benefícios	(1.252)	(1.118)
Encargos sociais	(3.674)	(2.199)
Outras	(309)	(198)
Total	(18.818)	(10.728)

21. Despesas gerais e administrativas

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Custos com Bandeiras	(9.760)	(15.002)
Serviços especializados	(6.440)	(4.900)
Serviços de impressão	(5.648)	(3.341)
Depreciação e amortização	(3.704)	(2.366)
Taxas sobre transações	(3.696)	(12.101)
Serviços telecomunicação e internet	(1.588)	(1.492)
Manutenção e conservação	(1.518)	(806)
Serviços de postagem	(1.480)	(6.607)
Locação de data center	(1.458)	(1.580)
Outras	(2.858)	(2.650)
Total	<u>(38.150)</u>	<u>(50.845)</u>

22. Despesas comerciais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Rebates e repasses	(6.115)	(8.802)
Total	<u>(6.115)</u>	<u>(8.802)</u>

23. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Impostos e taxas	(327)	(1.755)
Outras receitas (despesas) ⁽¹⁾	(11.664)	874
Total	<u>(11.991)</u>	<u>(881)</u>

⁽¹⁾ Inclui baixa de software obsoleto (R\$ 5.001) e incentivos contratuais (R\$ 3.750).

24. Resultado financeiro

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Rendimento com títulos de renda fixa	1.271	5.257
Prejuízo na venda de títulos	(1.330)	-
MTM – marcação a mercado	1.651	-
Outros	(134)	164
Total	<u>1.458</u>	<u>5.421</u>

25. Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definição contida no CPC 05 (R1).

- a. As transações da Companhia com partes relacionadas resumem-se à prestação de serviços de emissão e administração de contas pré-pagas, no curso normal de suas atividades e em condições de mercado.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

Ativo	30/06/2021	31/12/2020
Contas a receber		
Social Bank S.A.	-	82.828
Hub Prepaid Participações S.A.	10.913	56.389
Paypaxx Administradora de Cartões S.A.	-	8.564
Passivo		
Contas a pagar		
Social Bank S.A.	-	77.107
Resultado	30/06/2021	30/06/2020
Receita operacional bruta		
Tarifa de serviços		
Social Bank S.A.	2.448	2.303
Vale Presente S.A.	-	763
Despesas comerciais		
Repasses contratuais		
Social Bank S.A.	2.717	2.108
Vale Presente S.A.	-	2.641

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, em Assembleia Geral é fixado o montante global da remuneração dos Diretores. Para o primeiro semestre de 2021 o valor da remuneração foi de R\$ 3.581 (31 de dezembro de 2020 – R\$ 2.311).

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, para seu pessoal-chave da Administração.

26. Valor justo dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros da Companhia, conforme balanço patrimonial de 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Instrumentos financeiros	Categoria	30/06/2021	31/12/2020
Bancos e outras reservas	Custo amortizado	46.134	8.046
Instrumentos financeiros	Designados ao valor justo	165.336	170.516
Contas a receber	Custo amortizado	58.966	164.098
Outros créditos	Custo amortizado	3.288	37.995
Depósitos	Custo amortizado	128.983	115.624
Contas a pagar	Custo amortizado	226.514	322.832
Outras obrigações	Custo amortizado	21.363	23.803

Todos os instrumentos financeiros mensurados a valor justo estão classificados nos Níveis 1 (Letras Financeiras do Tesouro) e 2 (Certificados de Depósitos Bancários) da hierarquia do valor justo, conforme nota explicativa nº 6.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

27. Gerenciamento de riscos

A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de riscos que permite que os riscos inerentes sejam adequadamente identificados e tratados para apoiar o desenvolvimento de suas atividades. Assim, a Companhia possui as seguintes atividades para apoiar à Administração:

- Controles internos e *Compliance*: com objetivos de definir, implantar e gerenciar métodos de gestão dos riscos e fluxo de tratamento dos eventos, suportar as áreas orientando o devido tratamento dos eventos percebidos, avaliar, de maneira independente, os planos de ação e controles mitigatórios e preventivos discutidos nas reuniões do Comitê de Riscos e por fim, disseminar a cultura da gestão de riscos.
- Auditoria interna: responsável por avaliar periodicamente de maneira independente se as políticas, métodos e procedimentos são apropriados e se de fato estão efetivamente implantados e em funcionamento.
- Controles financeiros: acompanhamento diário dos saldos bancários, salvaguarda do saldo dos clientes, acompanhamento dos índices de liquidez e gerenciamento de capital da Companhia, fornecendo as informações necessárias para as tomadas de decisões.

Como principais riscos que a Companhia está exposta no curso de suas atividades identificou-se: risco operacional, risco de prazo de pagamento, risco de liquidez e de patrimônio e risco de mercado.

a) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, fraqueza ou inadequação de processos, pessoas ou sistemas internos. Inclui a esta definição o risco legal associado à inadequação ou deficiência nos contratos firmados pela Companhia e multas por não cumprimento das disposições legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes de atividades realizadas.

A Companhia possui estrutura de risco operacional e controles internos, responsável pela preparação e teste periódico do plano de continuidade de negócios e por coordenar a avaliação de risco nos processos existentes. Os pontos identificados são apresentados e discutidos nos encontros do Comitê de Riscos que resultam em recomendações e planos de ações definidos.

b) Risco de prazo de pagamento

O risco de prazo de pagamento é definido como a possibilidade de perdas associadas a falha de clientes ou contrapartes no pagamento de suas obrigações contratuais.

A natureza pré-paga das contas de pagamento administradas pela Companhia mitiga o risco de liquidez. Para clientes que possuam prazo de pagamento contratual, a Companhia tem como prática o estabelecimento de prazos comerciais de acordo com análises específicas.

c) Risco de liquidez e de patrimônio

O fluxo de caixa e nível de liquidez da Companhia são monitorados diariamente pela Tesouraria e reportados à Administração, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

A Companhia possui salvaguarda dos saldos de moeda eletrônica de sua emissão. Os depósitos dos clientes ainda não utilizados em transações são mantidos em conta especial ou títulos públicos federais, conforme disposto na Circular BACEN nº 3.681/2013.

O patrimônio líquido é monitorado mensalmente de maneira a manter um nível de capital superior aos requisitos mínimos regulatórios, sendo mantido no patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado, no mínimo, o maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela Companhia nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas emitidas pela Companhia, apurado diariamente, conforme disposto na Circular BACEN nº 3.681/2013.

Mais informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez da Hub podem ser encontradas no documento publicado em nosso site:

<https://www.hubfintech.com.br/static/Pol%C3%ADtica%20Gerenciamento%20de%20Riscos%20de%20Liquidez%20-%20SITE-49649eb71cac313f4d0f9e6852a3defa.pdf>

d) Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de juros - irão afetar os ganhos ou perdas da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno da Companhia.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros

Instrumentos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador ao qual a Companhia estava exposta na data-base de 30 de junho de 2021, foram projetados 3 cenários para a análise de sensibilidade. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do Selic para os próximos 12 meses, cuja média foi de 6,5% para o ano de 2021 e foi definido como cenário provável. A partir dele, foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário, foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada foi 30 de junho de 2021, projetando um ano e verificando a sensibilidade do Selic para cada cenário, conforme segue:

Instrumentos financeiros	Saldos em 30/06/2021	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Certificados de depósito bancário	5.830	6,50%	4,88%	3,25%
Letras financeiras do tesouro	159.506	6,50%	4,88%	3,25%
Receita financeira		R\$ 10.747	R\$ 8.068	R\$ 5.373

Instrumentos financeiros	Saldos em 31/12/2020	Cenário provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Certificados de depósito bancário	5.750	3,50%	2,63%%	1,75%
Letras financeiras do tesouro	164.766	3,50%	2,63%%	1,75%
Receita financeira		R\$ 5.968	R\$ 4.485	R\$ 2.984

28. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

29. Outros assuntos

- a) Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houve impactos materiais causados pela pandemia de Covid-19 nas operações da Companhia.
- b) Resultado recorrente e não recorrente

	30/06/2021			30/06/2020		
	Resultado Não Recorrente	Resultado Recorrente	Total	Resultado Não Recorrente	Resultado Recorrente	Total
Receita operacional líquida	-	42.844	42.844	-	61.804	61.804
Despesas operacionais ⁽¹⁾	(5.001)	(70.073)	(75.074)	-	(71.256)	(71.256)
Resultado financeiro	-	1.458	1.458	-	5.421	5.421
Imposto de renda e contribuição social	-	(86)	(86)	-	1.085	1.085
Resultado do período	(5.001)	(25.857)	(30.858)	-	(2.946)	(2.946)

- ⁽¹⁾ O resultado não recorrente se refere a baixa de software obsoleto (R\$ 5.001), conforme nota explicativa nº 23.

30. Eventos subsequentes

Em 2 de julho de 2021 foi assinado o termo de fechamento da aquisição da Hub Prepaid Participações S.A. e suas controladas pela Magalu Pagamentos, subsidiária integral da Magazine Luiza S.A., sendo que operação foi aprovada em 17 de março de 2021 pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e em 23 de junho de 2021 pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

MEMBROS DA DIRETORIA

Diretor Geral

Alexandre Figueiredo Ottoni de Brito

Diretor Jurídico e Compliance

Rafael Luiz da Silva Leal

Diretores

Cláudio Teruhiko Murasaki

Fabio Itiro Bonifácio Murakami

Geisa Diane da Silva

Contadora

CRC 1SP287476/O-0